

Pós-graduação em contabilidade realiza seu primeiro congresso

Na terceira semana de junho aconteceu em Gramado, no Rio Grande do Sul, o 1º Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). O tema central foi "A pesquisa contábil como instrumento de desenvolvimento da Ciência Contábil", como forma de estimular a interação entre pesquisadores, professores e estudantes e reforçar a aplicação prática dos estudos nas organizações. O congresso, que é o primeiro de abrangência nacional voltado para os programas de pós-graduação do país, representa um novo espaço para a divulgação da produção técnico-científica na área de Ciências Contábeis, com discussões relativas a controladoria, contabilidade gerencial, contabilidade para usuários externos, mercado financeiro, mercado de créditos, mercado de capitais e educação em contabilidade.



Dos quase 300 trabalhos enviados para o 1º Congresso, mais de 100 foram da área de controladoria e contabilidade gerencial - quase 37% dos trabalhos apresentados. Segundo Ilse Maria Beuren, coordenadora do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Diretora Científica da ANPCONT, o congresso é importante porque "o Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Enanpad) e o Congresso da USP de Controladoria e Contabilidade são os únicos eventos da área classificados com conceito A, enquanto que o Congresso Brasileiro de Custos ficou com B". A ideia do congresso surgiu da crescente participação de docentes e discentes de Ciências Contábeis em eventos da área de Administração, co-irmã de Ciências Contábeis.

Quarenta e sete trabalhos foram selecionados para apresentação no evento e publicação nos anais do Congresso. Desses, 18 foram da área de controladoria e contabilidade gerencial, 16 de contabilidade para usuários externos, oito de mercados financeiros, de crédito e de capitais e cinco da área de educação e pesquisa em contabilidade. Participaram

da comissão organizadora os professores e diretores da ANPCONT Ilse Maria Beuren, Fábio Frezatti, Jorge Katsumi Niyama e Ernani Ott.

A ANPCONT foi fundada em janeiro de 2006 com o objetivo de congregar e representar as instituições de ensino com cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis. No âmbito da CAPES, a associação representa os programas de pós-graduação; no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade, já se fez representar em vários eventos técnicos, profissionais e educacionais.

Comunicação para a sociedade

Nem sempre comunicação pública é de interesse público. Muitas vezes agentes públicos se valem do cargo para fazer propagandas de sua gestão sem que isso traga benefícios para os cidadãos. No livro Comunicação de interesse público: idéias que movem pessoas e fazem um mundo melhor, João Roberto Vieira da Costa reúne artigos que dissecam esses e outros aspectos da chamada Comunicação de Interesse Público - CIP.



A missão do controle interno (parte II)

Lino Martins da Silva

É impressionante como a cada dia mais e mais notícias tratam de casos de corrupção, desvios, caixa dois, mais impressionante ainda, é como o "escutado" e "campanado" de ontem é o preso de hoje e o libertado amanhã. A libertação vem qualificada quase sempre de "escuta ilegal", "falta de provas", "falta de documentos", impossibilidade técnica de proceder a uma perícia documental, etc. Tais argumentos mostram como ainda é frágil o sistema de controle e de auditoria, o que leva a crer que a dificuldade na descoberta de atos ilícitos pode decorrer do açoitamento dos investigadores, do desconhecimento das técnicas de investigação ou da carência de profissionais de contabilidade e auditoria. É difícil acreditar que com tantos casos de práticas inadequadas não sejam encontrados elementos materiais que revelem a verdadeira face dos criminosos. Isto para não falar, por inadmissível, que o problema possa ser de natureza episódica, com vistas à formação de banco de dados.

Estou entre aqueles que acreditam que o êxito na descoberta de fraudes depende do conhecimento do investigador e da forma de atuação dos responsáveis por tais práticas (efetivamente um problema policial), do sistema de controle interno e da contabilidade. Fundamental lembrar sempre que qualquer sistema, independente de sua rigidez técnica, se deteriorará ao longo do tempo se não for revisado periodicamente. A negligência, no caso das fraudes, é contagiosa e uma vez propagada entre o corpo de dirigentes, funcionários, fornecedores e clientes pode culminar com o denominado estado de anomia, que indica a ausência de leis, de normas ou de regras mínimas na organização.

O histórico brasileiro tem sido de grandes investigações que geram manchetes, mas em médio e longo prazo pouca efetividade se registra das ações investigativas. Os escândalos que surgem e desaparecem na história recente são vários: os escândalos "das polonetas", "da mandioca", "do adubo-papel", "Coroa-Brastel", "do orçamento" e muitos outros revelam que o volume de casos em relação ao número de punições efetivas dá a medida do grau de confiança que pode esperar o homem comum de um desejado enfrentamento da corrupção. O sentimento de impunidade generalizada corrói as expectativas sobre o resgate de valores éticos.

Neste espaço temos sempre abordado o tema pelo ângulo do sistema de controle interno, contabilidade e auditoria. Mas é preciso reconhecer que o sistema de controle interno e o fluxo de informações gerado pela contabilidade não têm sido capazes de emitir sinais amarelos ou vermelhos ao detectar comportamentos e condutas fraudulentas em face, acredita-se, de uma disfuncionalidade intrínseca das estruturas organizacionais existentes para prevenir e detectar fraudes.

O escritor francês Honoré de Balzac dizia que "as leis são como teias de aranha, através das quais passam livremente as moscas maiores e ficam retidas as menores". Para segurar as "moscas maiores" talvez seja necessário que os sistemas de controle reflitam sobre comportamentos a partir dos estudos da Teoria da Associação Diferencial, de Edwin O. Sutherland. Ela assegura que o comportamento delituoso se aprende por associação, com quem define tal comportamento em termos favoráveis, e pelo isolamento de quem o define desfavoravelmente. Nessas situações, as pessoas adotam tal comportamento apenas se o peso das definições favoráveis for superior ao das desfavoráveis. Isto significa, em outras palavras, que a entidade que consegue criar um clima de honradez pode reduzir suas perdas ao assegurar que os fatores desfavoráveis para a prática do delito contrastem com os favoráveis.

Além dessa teoria será preciso que os técnicos em auditoria e controle interno considerem, durante o exame dos casos, a Teoria da Motivação Delituosa, de Donald R. Cressey. Ela estabelece que as pessoas em quem se confia traem essa confiança quando vêm a si mesmas com um problema financeiro que não podem compartilhar e adquirem consciência de que o problema pode ser resolvido de modo secreto, violando a confiança nelas depositada. Nesse caso são capazes de encontrar palavras que permitam adequar a concepção de si mesmas como depositárias de confiança e usuárias de bens ou fundos confiados.

Parece claro que o êxito na esfera policial, de controle interno e de auditoria dependerá da inclusão dos estudos de criminologia e, também, da pesquisa comportamental do próprio indivíduo, seja mediante o uso das técnicas de ocultamento em que o criminoso procurará ocultar a fraude da melhor forma possível ou da técnica de neutralização utilizadas pelos criminosos ocasionais. Os denominados "ladroes de galinha", para evitar sentirem-se culpados ou envergonhados ao serem descobertos, detidos ou presos usam as seguintes técnicas: a) negativa da responsabilidade; b) negativa de prejuízo; c) negativa da vitima; d) condenação de quem condena; e) recurso a uma lealdade superior.

É urgente e necessário que o setor público inclua uma nova área de investigação, sem abandonar as técnicas já consagradas, para pesquisar o processo decisório do defraudador. Donald R. Cressey denominou essa área de triângulo da fraude. Ela compreende: a) a pressão, que é a necessidade ou problema não resolvido ou ainda problema que não se pode compartilhar porque pressupõe que nada pode ajudar a resolvê-lo; b) a oportunidade percebida - fora do marco normativo ao qual está sujeito, seja em debilidades do controle interno ou na sensação de impunidade e c) a racionalização como justificativa da ação executada. Esta etapa produz um conjunto de quebra de valores que o indivíduo terá em conta para a solução de situações complexas futuras e também para relacionar-se com os demais.

Prestação de contas de ONGs é assunto de seminário

A partir de 24 de junho de 2007 todas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que participam de processo seletivo ou são contratadas por órgãos da Prefeitura do Rio devem ter suas demonstrações contábeis e prestações de contas elaboradas por contadores treinados pelo convênio estabelecido entre o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro e a Controladoria Geral do Município. A determinação consta de resolução da CGM publicada em 24 de maio de 2007. Não serão mais aceitas prestações de contas e as respectivas demonstrações contábeis que não sejam assinadas por um dos profissionais treinados.

Esse foi um dos assuntos discutidos no seminário realizado em 5 de junho no auditório do Sindicato dos Contabilistas do Município Rio de Janeiro (Sindicont-Rio), cujo tema principal foi a importância da correta prestação de contas pelas ONGs. O Controlador Geral do Município, Lino Martins, foi um dos palestrantes no painel Qualidade nas prestações de contas: a parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Ele destacou as mudanças ocorridas nos contratos firmados entre a Prefeitura do Rio e instituições do terceiro setor cuja prestação de contas não adotava critérios de contabilidade em sua maioria. "Quando cheguei à Controladoria não havia prestação de contas das ONGs: eram relatórios que não davam a idéia da fidedignidade das informações, não detalhavam como os recursos foram aplicados", disse o controlador. Segundo ele, auditorias constataram desvios de recursos pequenos, mas na administração pública não há diferença entre desvio de um real e de milhões de reais.



Outro problema apontado pelo controlador envolve as receitas. "De um modo geral, as receitas das ONGs não são discriminadas segundo suas origens. Em qualquer país as contas dos ativos e dos passivos

possuem duas colunas, separando o que é patrimônio da organização e o que é de terceiros", explicou.

Para Lino Martins, as ONGs possuem papel estratégico nos setores que o poder público não consegue atingir. Em contrapartida, o governo deve verificar se os serviços para os quais essas instituições se propõem estão sendo executados. "Uma nota fiscal ou uma folha de pagamento não comprova a prestação do serviço; o que confirma é a fiscalização pelos órgãos públicos".

O convênio entre a Prefeitura e o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro para treinar contadores e técnicos de contabilidade para prestar as contas de ONGs e associações foi assinado em 2004 - já foram treinados 540 profissionais. Além disso, decreto do Prefeito Cesar Maia (nº 24.547) de 20 de agosto de 2004 determinou a criação de uma comissão de cadastramento de organizações do terceiro setor para contadores certificados. Apenas instituições cadastradas pela comissão podem assinar contratos com o Município.

Sobre o treinamento dos contabilistas Lino Martins afirmou: "esse curso dá à Prefeitura a certeza de que as contas daquela ONG estão de acordo com as normas contábeis, inclusive com segregação do patrimônio". O controlador acrescentou que entre os objetivos do treinamento estão aprimorar o sistema contábil de registro e melhorar a relação do Estado com o terceiro setor. "Esses recursos devem ser geridos da melhor forma possível, porque se trata de dinheiro do contribuinte", ressaltou.

Super-Receita entra em vigor com pontos ainda sem consenso

A Receita Federal do Brasil (RFB), que unifica as estruturas de fiscalização, arrecadação e cobrança das secretarias da Receita Previdenciária e da Receita Federal, mais conhecida como Super-Receita, foi criada em 16 de março de 2007, por meio da Lei 11.457. Subordinada ao Ministério da Fazenda, a RFB é responsável pela administração tributária e aduaneira (fiscalização, arrecadação e normatização) e pelos principais tributos federais, inclusive as contribuições previdenciárias, a nova estrutura começou a operar no início de maio e a integração será realizada de forma gradual.

Os profissionais (22 mil da Receita Federal e 10 mil da Previdência) trabalharão sobre uma mesma base de dados, o que permitirá a avaliação integrada do contribuinte, já que atualmente os dados são gerenciados separadamente: a Previdência pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e os demais tributos federais pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A proposta é que o contribuinte seja beneficiado, pois poderá resolver todas as questões tributárias federais em um mesmo local.



A opinião oficial do Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (Instituto Fecomércio-RJ) é de que a medida poderá beneficiar os contribuintes, "seja reduzindo a burocracia com amplo e efetivo acesso a informações, viabilizando a obtenção, em tempo hábil, de documentos e certidões necessários ao contribuinte, ou permitindo solução imediata e conclusiva das questões tributárias nos órgãos de julgamento". Os representantes da instituição crêem que uma avaliação mais efetiva da Super-Receita, porém, só poderá ser feita quando a fusão estiver concretizada. "Para o empresariado, a diminuição da burocracia, a otimização do tempo e racionalização de custos é sempre muito bem-vinda por ser um instrumento de construção para um ambiente mais favorável aos negócios".

Para o professor de direito tributário Kiyoshi Harada, a criação da RFB representa um grande avanço porque unifica os procedimentos e os processos administrativos fiscais pertinentes às contribuições previdenciárias, que passarão a ser regidos pelo Decreto 70.235, de 6 de março de 1972 (estatuto básico da União para solução de litígios tributários no âmbito administrativo). A cobrança judicial das contribuições previdenciárias passa, também, a ser de competência da Procuradoria-Geral Federal. "A unificação é positiva, pois acarreta economia de custos operacionais, agiliza os procedimentos administrativos de natureza tributária que passam a ser submetidos a um único regime jurídico e traz maior segurança aos contribuintes pela supressão de normas legais esparsas e díspares", afirma Harada.

João Rogério Sanson, professor de economia da Universidade Federal de Santa Catarina, destaca dois pontos fortes da nova estrutura: a racionalização administrativa e a possibilidade de troca de informações entre dois sistemas de tributação que se complementam. "Com uma mesma estrutura administrativa é possível fiscalizar mais tributos e gerar uma maior arrecadação", avalia. Sanson acredita que a junção das duas bases de dados permitirá a verificação de compatibilidade entre as declarações de cada tipo, além da montagem de projeções de impostos a recolher por empresas de acordo com suas características econômicas.

Críticas

Kiyoshi Harada percebe alguns problemas na Super-Receita, como o risco de o INSS não receber os recursos financeiros arrecadados pela União. "Já é da nossa tradição o desvio de recursos financeiros do INSS, às vezes até mesmo por meio de emenda constitucional, como é o caso da Desvinculação de Receitas da União (DRU) que retira do Instituto mensalmente 5% de seus recursos, sem considerar as demais contribuições sociais para o custeio da seguridade social", diz.

ENTREVISTA

Prof. Dr. Josir Simeone Gomes

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT)



Fundada em janeiro de 2006, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) é uma associação sem fins lucrativos e apartidária, com sede em São Paulo. A ANPCONT tem por objetivo atuar na área da educação e representar as instituições brasileiras que mantêm cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis. Para falar da Associação conversamos com um dos fundadores e representante do Mestrado de Ciências Contábeis da Uerj, o Prof. Dr. Josir Simeone Gomes. Mestre e Doutor em administração pela COPPEAD/UFRJ, tem Pós-Doutorado em controle de gestão da Universidade Carlos III, de Madri, Espanha. Atualmente coordena uma pesquisa sobre controle gerencial de empresas brasileiras internacionalizadas (Pronex-CAPES/CNPq/FINEP). É autor dos livros *Controle de Gestão: uma abordagem contextual e organizacional* (3ª ed., Editora Atlas, 2002, em co-autoria com Joan Amat, do Instituto de Empresa de Madrid), de *Contabilidade para MBAs: textos e casos* (Editora Campus, 2000) e *O Método de Estudo de Casos: textos e casos* (Editora Atlas, 2006).

Pre\$tando Conta\$ - Com quais objetivos a ANPCONT foi criada?

Prof. Josir Gomes - A Associação foi criada com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da pós-graduação em contabilidade no Brasil, em todas as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e, principalmente, a geração de produção científica de qualidade na área contábil. Apesar do pouco tempo de existência, a ANPCONT já apresenta resultados relevantes na busca dos seus objetivos junto aos diversos fóruns acadêmicos do país e exterior. A cada dia verificamos aumento considerável no número de pessoas interessadas em se associar e colaborar para o crescimento da Associação.

Pre\$tando Conta\$ - Quais são as entidades associadas e quais os critérios para tal associação?

Prof. Josir Gomes - São membros-natos da ANPCONT todos os Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências Contábeis credenciados pela CAPES, que são programas de mestrado e de doutorado reconhecidos pelos critérios da CAPES. Hoje existem no Brasil 14 cursos de mestrado e 2 cursos com mestrado e doutorado. Todos eles fazem parte da Associação.

Pre\$tando Conta\$ - Quem pode ser sócio da Associação e como se dá este processo?

Prof. Josir Gomes - Há dois tipos de associados: os institucionais, que representam os programas de mestrado e doutorado, e os associados individuais, que são os docentes e alunos vinculados a esses programas de pós-graduação.

Pre\$tando Conta\$ - De que maneira a ANPCONT apóia as instituições associadas?

Prof. Josir Gomes - O apoio da associação acontece por meio da divulgação de material acadêmico produzido por seus integrantes, assim com por meio de documentos produzidos nas reuniões entre seus membros, além da distribuição de informes provenientes dos diversos organismos governamentais e instituições de ensino.

Pre\$tando Conta\$ - Para os programas de pós-graduação, quais são as vantagens de ter uma associação?

Prof. Josir Gomes - As vantagens são inúmeras, tendo em vista a contribuição oferecida pelos seus membros ao aperfeiçoamento da pós-graduação e à defesa dos interesses legítimos de toda a comunidade acadêmica. Durante muitos anos a contabilidade não aparecia como área de conhecimento na CAPES e no CNPq. Com a criação da ANPCONT já conseguimos que houvesse a inclusão da contabilidade como área de conhecimento, o que representa um grande avanço, já que agora todos os pesquisadores poderão acessar as informações relativas especificamente a esse campo. Outra grande contribuição é que passamos a dispor de um fórum próprio para a discussão dos temas de interesse de professores e alunos da pós-graduação em contabilidade. No âmbito da ANPCONT os programas de mestrado e doutorado também poderão discutir e recomendar aperfeiçoamentos para o ensino de graduação e para a pesquisa na área contábil, bem como realizar intercâmbios com programas no exterior.

Pre\$tando Conta\$ - Qual a importância do 1º Congresso ANPCONT para o meio acadêmico?

Prof. Josir Gomes - O 1º Congresso da ANPCONT, a se realizar na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, entre 17 e 19 de junho deste ano, inaugura um fórum importante de debates e apresentações de trabalhos científicos produzidos por professores e profissionais ligados à área contábil, especificamente aos cursos de pós-graduação.

ENTREVISTA

Prof. Dr. Josir Simeone Gomes
Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT)

Pre\$tando Conta\$ - E como surgiu a idéia deste Congresso?

Prof. Josir Gomes - A idéia surgiu da discussão sobre a importância de termos um fórum próprio na área de Contabilidade, dado o já expressivo número de programas de mestrado em Ciências Contábeis existentes no país. Nas diversas reuniões havidas entre os coordenadores dos programas de mestrado e doutorado discutiu-se a importância de se organizar um evento que possibilitasse a discussão de temas específicos da área de contabilidade, de modo que pudessemos oferecer uma contribuição efetiva para o aperfeiçoamento dos cursos e pesquisas. A expectativa é de que, por meio desse fórum próprio, possamos ajudar os programas a encontrarem formas adequadas para o lançamento, o mais rápido possível, de uma revista científica voltada para a divulgação da produção dos pesquisadores.

Prestando Conta\$ - Haverá premiação dos melhores trabalhos? Como é feito este julgamento?

Prof. Josir Gomes - O comitê científico do Congresso concederá o certificado de mérito ao melhor trabalho de cada área temática, baseado na pontuação obtida pelo trabalho na avaliação feita pelo sistema blind review (sem a identificação de avaliados e avaliadores). Dos 289 trabalhos submetidos à apreciação do comitê científico foram selecionados para apresentação 48, distribuídos pelas áreas temáticas da seguinte forma: controladoria e contabilidade gerencial com 18 trabalhos, representando 36,6% do total de trabalhos aprovados; contabilidade para usuários externos com 17 trabalhos, representando 35,2% do total de textos aprovados; mercado financeiro, de crédito e de capitais com oito trabalhos, representando 15,2% dos aprovados; e educação e pesquisa em contabilidade com 6 trabalhos aprovados, 12,8% dos trabalhos aprovados.

Prestando Conta\$ - Qual a relação da Associação com as áreas de controle?

Prof. Josir Gomes - A relação da ANPCONT com as controladorias que existem hoje no Brasil é forte, por se tratar de uma área relevante em todos os programas de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis no país e no exterior. Para se ter uma idéia da importância da área de controle, dos 289 trabalhos submetidos à avaliação para o Congresso, 106 foram da área de controladoria e contabilidade gerencial. Por representarem mais de 36% da totalidade dos trabalhos enviados, ficaram em primeiro lugar na lista de temas preferidos dos participantes. Isso dá a dimensão do interesse e da importância de estudarmos esse campo específico das ciências contábeis hoje.

Controle de gestão pública no século XXI

O controle de gestão na administração pública e privada foi debatida em encontro que reuniu profissionais e estudantes da área de contabilidade na Universidade do Estado do Rio de Janeiro no final de maio. A primeira palestra, do professor e Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro Lino Martins, tratou do controle público e a segunda, do professor Josir Gomes, abordou o controle na área privada. Ambas enfocaram a visão do controle de gestão no século XXI.

Segundo Lino Martins, o encontro surgiu de reflexões sobre textos e análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para ele, a administração pública precisa de algumas reformas - entre as quais a administrativa, a constitucional e a tributária. Para isso defende que sejam feitas algumas ponderações, como superar os desafios das organizações de prestadores de serviços públicos, entender o que a população está demandando e o que os serviços públicos estão oferecendo.

O desconhecimento das demandas da população, segundo o Controlador Geral, pode trazer ameaças ao setor público, que enfrenta problemas relativos à limitação dos gastos com pessoal, a alterações no orçamento, à terceirização de serviços e contratos de gestão. Por isso "os órgãos públicos têm pouco tempo para tentar incrementar novas estratégias. Deveriam deixar um pouco de lado a legalidade das contas para prestar mais atenção na eficácia dos gastos", disse.

O professor também acredita que os instrumentos econômicos e financeiros da administração pública deveriam ser mais simples: da maneira como são apresentados gera insegurança nos trabalhadores, provocada em especial pela crescente competição internacional, pela demanda por trabalhadores com conhecimentos abrangentes e pelas redefinições de empregos. E destacou que esta não é uma preocupação recente: em 1995 o jornal americano The New York Times publicou uma pesquisa mostrando que 80% dos pais acreditavam que seus filhos jamais teriam um nível econômico igual ou superior ao

deles.

O professor Josir Gomes fez uma reflexão sobre os efeitos disfuncionais dos mecanismos de controle na gestão das organizações. Para ele, "o sistema de planejamento de controle tem características muito rígidas, vendo apenas uma parte do problema, que às vezes nem é a mais importante, por isso a necessidade de atenção na legalidade e no aspecto financeiro". Ele defende que a estratégia deve ser clara a todos os funcionários ou servidores, porque é nela que estará baseado o sistema de controle, seja em empresa pública ou privada.

Super-Receita entra em vigor com pontos ainda sem consenso

Outro obstáculo na opinião do professor refere-se à compensação de tributos. "Inúmeras empresas cedentes de mão-de-obra estão com crédito acumulado pela retenção de 11% na fonte, determinada pela Lei 9.711/98, tendo como base de cálculo não o valor presumível da folha de remuneração, mas o valor do faturamento pelos serviços prestados", afirma. Ele acrescenta que, como o valor da retenção é muito superior ao valor da contribuição previdenciária a ser recolhida mensalmente, não restaria alternativa à empresa a não ser requerer compensação com outras contribuições sociais arrecadadas pela União, o que foi vedado pela lei.



Para o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) o ideal seria a integração, em vez da unificação das receitas. A entidade argumenta que as secretarias possuem objetivos diferentes e que, como a intenção principal é maximizar a arrecadação, os interesses previdenciários dos trabalhadores tendem a ficar em segundo plano.

Outra proposta RFB é combater a sonegação fiscal e a evasão fiscal, pois será possível ter uma visão global sobre o processo tributário, o que diminuirá custos com fiscalização. Para Harada, em tese, a Super-Receita deveria diminuir a carga tributária, mas a prática deve ser diferente, prevalecendo a cultura do aumento de impostos como forma de financiar gastos do Estado. "São ministérios e órgãos superpostos, cargos em comissão cujos números superam os de cargos efetivos, proliferação de municípios, divisões de estados membros etc.". Para o professor, essa é uma das razões pelas quais as tentativas de reforma tributária, para simplificar o sistema e diminuir o peso da imposição tributária, têm resultado em aumento da carga tributária.

Pesquisas do FMI baseadas em experiências da Suécia e de países do Leste Europeu (onde as duas receitas operam em conjunto) revelaram pontos positivos no aumento da arrecadação das contribuições previdenciárias e na redução do custo global da administração tributária. O Fundo divulgou também casos mal sucedidos de integração na República da Geórgia e na Lituânia. Estudos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que: dos 28 países filiados a essa instituição,

a maioria deles (61%) tem órgão específico para arrecadar contribuições de seguridade social, entre eles Portugal, Espanha, Alemanha, Líbia, Suíça, Coreia, Japão e México; que a Inglaterra tem uma estrutura unificada, mas permanecem duas unidades semi-autônomas sob um comando único; a predominância da estrutura conjunta existe em países do Leste Europeu, Estados Unidos, Argentina e Canadá; e que na Espanha o sistema unificado vigorou na década de 80, mas não ultrapassou três anos. No Brasil a Super-Receita funcionou por três meses em 2005, mas a medida provisória que a instituiu não foi aprovada pelo Congresso no prazo de 120 dias.

Polêmica

A emenda nº 3 do projeto que criou a Super-Receita recebeu críticas de representantes de classes e foi vetada pelo presidente. Com isso, o Executivo deverá encaminhar ao Congresso projeto de lei sobre o assunto. A emenda concede apenas à Justiça do Trabalho o poder para autuar empresas quanto a irregularidades nas relações trabalhistas - como desfazer pessoas jurídicas nos casos em que a relação de prestação de serviços com uma outra empresa seja trabalhista. Até então o poder de multar e desfazer empresas cabia aos auditores fiscais.

O texto resultou em polêmica entre trabalhadores e empregadores. Os favoráveis à emenda acreditam que cabe ao Ministério do Trabalho, e não aos auditores fiscais, julgar as empresas. Já os representantes dos trabalhadores são contrários ao texto, pois alegam que a emenda poderá dar margem a abusos por parte das empresas. Muitas companhias contratam empregados por meio de pessoas jurídicas para diminuir a carga de impostos. Nesse caso, os funcionários trabalham sem carteira assinada, não têm direito a férias e a 13º salário: o contrato é feito entre duas "empresas" e não entre empresa e trabalhador. Com relações trabalhistas flexíveis, há ainda o temor de queda de arrecadação.

Entre as possíveis soluções para o impasse está a que propõe que a empresa que cometer infração fiscal seja notificada (e não mais multada) pelo auditor e o caso seja encaminhado à instância superior, que decidirá a punição a ser imposta. Alternativas à emenda nº 3 estão sendo discutidas por representantes do governo federal, de empresas e de trabalhadores. O maior obstáculo tem sido encontrar o consenso entre as classes.

ESTANTE

Comunicação: conceitos variados e um foco



Comunicação de interesse público: idéias que movem pessoas e fazem um mundo melhor

João Roberto da Costa (org.)
São Paulo: Jaboticaba, 2006. 160 p.

Ao ouvir a expressão Comunicação de Interesse Público (CIP) provavelmente pensamos que se trata de um tipo de comunicação realizada exclusivamente pelo governo. É um engano, pois a CIP vai além: atualmente é um dos diferenciais básicos nas estratégias de comunicação de empresas, instituições do terceiro setor e governos que desejam promover melhorias na qualidade de vida das pessoas. É toda forma de comunicação que possui como beneficiários a sociedade e o cidadão, com possibilidade de agregar valor e

diferenciais à imagem de quem a pratica, seja do setor público ou privado. No livro Comunicação de interesse público: idéias que movem pessoas e fazem um mundo melhor, organizado por João Roberto Vieira da Costa, a CIP é discutida em vários artigos assinados por profissionais de comunicação.

João Roberto Vieira da Costa destaca diferentes tipos de comunicação, classificada por ele como a "ferramenta fundamental para o desenvolvimento humano". Uma delas é a comunicação viral, via telefone celular, exemplificada pela campanha realizada pelo governo do Reino Unido para diminuir os altos índices de atropelamento de adolescentes que andavam pelas ruas usando o aparelho. A campanha, premiada em Cannes em 2006, só passou a ser veiculada na TV após ganhar "popularidade" entre os celulares. Outro exemplo de campanha bem sucedida foi a realizada pela Fundação Antipirataria da África do Sul: a instituição espalhou DVDs em pontos de venda de produtos piratas. A cópia "falsificada" parava assim que começava o filme e pedia doações para esforços antipirataria. Há ainda a comunicação mercadológica (ou de marketing) e a político-eleitoral (para garantir ou conquistar a permanência no poder).

Ao longo do livro são analisadas diversas campanhas de comunicação. No capítulo 1 é tratada a re-qualificação conceitual de premissas de interesse público no campo da comunicação. No 2º capítulo é abordada a comunicação governamental: o autor defende que as ações públicas devem ser efetivas e não de acordo com a troca de governo e eleições. O papel da iniciativa privada nas últimas décadas e as consequências dos esforços de comunicação das empresas são assuntos tratados no capítulo 3. O terceiro setor e suas estratégias de comunicação integram o capítulo 4. No capítulo 5 é abordado o sucesso de parcerias público-privadas em ações de comunicação. O papel do cidadão na CIP é o foco do capítulo 6. O livro finaliza o debate com as transformações da imprensa e os limites da sua ação para a cidadania.

Um dos grandes equívocos, segundo o autor, é pensar que a Comunicação de Interesse Público seja praticada, necessariamente, por governos e agentes públicos. Na realidade o setor público é emissor fundamental da CIP, notadamente em campanhas de prevenção e esclarecimento da população - como Aids, poliomielite e vacinação de idosos. No âmbito privado, a CIP engloba a divulgação do balanço social e também ações de comunicação dirigidas tanto aos consumidores como aos cidadãos, ao incentivar mudanças de comportamento, aliar-se a causas sociais ou divulgar ações de responsabilidade social. A comunicação do terceiro setor, que tem no Greenpeace um dos seus representantes mais destacados, é diferenciada, extrapolando comerciais de jornal e TV, pois muitas vezes o valor do anúncio está além do orçamento da instituição. A parceria entre entidades privadas e o Estado em campanhas como prevenção de acidentes, promoção da saúde e proteção do meio ambiente auxilia a iniciativa pública na medida em que amplia o alcance das ações.

O papel da internet, importante meio de disseminação da CIP na interação com o eleitor/cidadão, também é considerado relevante. Um bom exemplo é o site do Parlamento Escocês, que permite ao cidadão interagir por meio de petições eletrônicas e fóruns para opinar e solicitar serviços relacionados principalmente a aspectos locais. Outra forma de CIP é o jornalismo cívico, exemplificado no Brasil pela campanha "Paz no Trânsito", encabeçada pelo jornal Correio Braziliense e que resultou na diminuição do número de acidentes na capital.

Cálculo do PIB inclui agora setores da "nova economia"

A partir deste ano os setores da chamada "nova economia" - informática, processamento de dados e distribuição de conteúdo eletrônico - passarão a fazer parte do cálculo do Produto Interno Bruto - PIB. Essa é uma das novidades, junto com a separação de informações da agricultura e da pecuária. A contribuição do governo para o PIB será calculada com base nos gastos de custeio do governo, da variação de funcionários e suas instalações. O PIB é a soma de todas as riquezas geradas em um país e o trabalho do IBGE é coletar e organizar os dados estatísticos de vários setores da economia e somar todas essas contribuições para traçar um quadro fiel ao tamanho da economia do país.

A nova metodologia usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o cálculo do PIB incluirá, também, dados do Imposto de Renda das empresas, de contribuições de instituições sem fins lucrativos - como igrejas, universidades e ONGs -, assim como os resultados das pesquisas anuais de comércio, da indústria, de serviços, da construção civil, da economia informal e estatísticas de fundos de investimentos. "O principal objetivo do novo sistema é retratar cada vez com mais precisão e com um

detalhamento adequado a realidade econômica do país", diz Rebeca Palis, Gerente de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.

As novas inclusões na fórmula do PIB permitem maior precisão ao IBGE, mas como essas pesquisas ficam prontas 15 meses depois do ano de referência e o governo demora a liberar os dados do Imposto de Renda, as revisões dos resultados podem demorar dois anos. A expansão de 2006, por exemplo, poderá ser maior ou menor que os 2,9% estimados, mas o IBGE só saberá definitivamente no final de 2008, com a liberação de todos os dados das pesquisas e do IR. "No antigo sistema já ocorriam revisões, pois tínhamos séries preliminares, semi-definitivas e definitivas. Essa é uma prática internacional: primeiro é feita uma estimativa do PIB utilizando-se dados conjunturais, cujo objetivo não é ser tão preciso, mas dar um resultado rápido sobre o andamento da economia. Posteriormente, ao se introduzir dados estruturais mais detalhados, melhora-se a precisão", explica Palis.

Embora impreciso, o antigo cálculo do PIB não pode ser considerado errado, já que obedecia a uma metodologia aceita internacionalmente, normatizada pela ONU. O novo método de cálculo contribui para uma precisão maior, o que fará que as contas nacionais sejam mais bem retratadas. Uma mudança significativa na base de dados do produto Interno Bruto foi a incorporação dos levantamentos anuais do IBGE. O antigo PIB não media com acuidade, por exemplo, a contribuição das pequenas empresas. Os valores dos últimos dez anos foram reajustados de acordo com a nova metodologia e o resultado foi um crescimento em relação aos índices anteriores. Os novos dados aproximam o Brasil do investment grade - grau de investimento concedido aos países que possuem baixo grau de inadimplência, já que os números da economia brasileira ficaram mais favoráveis (déficit menor, dívida menor, crescimento maior). A nova metodologia mostra uma taxa de crescimento do PIB mais acelerada, como pode ser constatado no quadro que acompanha esta matéria. Os números mostram que a economia do Brasil é maior e mais dinâmica do que as estatísticas anteriores: o PIB cresceu 11% e o crescimento médio entre 2000 e 2005, que antes era de 2,5%, ficou agora em 3% ao ano. É importante destacar que a economia brasileira permanece a mesma, o único item que mudou foi o termômetro que mede os dados econômicos, considerado agora mais eficiente.

CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL

Ano	Série antiga	Série nova
1996	2,7%	2,2%
1997	3,3%	3,4%
1998	0,1%	Sem variação
1999	0,8%	0,3%
2000	4,4%	4,3%
2001	1,3%	1,3%
2002	1,9%	2,7%
2003	0,5%	1,1%
2004	4,9%	5,7%
2005	2,3%	2,9%
2006	2,9%	3,7%

Fontes: Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2007.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva
Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Janaína Soares e Carolina Orofino

Editoração: Gabriel Campano

Ilustração: Zope

Versão Online: Renato Gomes